

VOTO

PROCESSO: 00058.521901/2017-21

INTERESSADO: AERO AGRICOLA RIO VERDE LTDA

RELATOR: JULIANO ALCÂNTARA NOMAN

EMENTA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO AÉREO ESPECIALIZADO NA ATIVIDADE AEROAGRÍCOLA.

- I Art. 180 do CBA. Resolução n.º 377, de 15 de março de 2016. Portaria n.º 616/SAS, de 16 de março de 2016.
- II Sociedade empresária detentora de autorização para explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola.
- III Renovação de autorização para exploração na atividade solicitada pelo prazo de 5 (cinco) anos.

1. **FUNDAMENTAÇÃO**

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe ser competência da União 1.1. a exploração do espaço aéreo. Contudo, prevê a possibilidade de delegação dessa atividade mediante concessão, permissão ou autorização, consoante a alínea c, do inciso XII, do art. 21.
- Com o advento da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a União conferiu competência à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para regular e fiscalizar as atividades de aviação civil, e desse modo, nos termos do artigo 8º do aludido diploma legal, para conceder, permitir ou autorizar a exploração dos serviços aéreos.
- 1.3. Conforme preconiza o art. 180 do CBAer, a exploração de serviço aéreos requer a expedição da competente autorização para operar. Cumpre destacar que o procedimento para a obtenção de autorização para operar encontra-se regulamentado pela resolução ANAC nº 377, de 15 de março de 2016 e Portaria nº 616/SAS, de 16 de março 2016.
- 1.4. A referida sociedade empresária é detentora de autorização para operar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola até 20 de dezembro de 2017, concedida pela decisão nº 136/2012, incluído nos autos como Documento SEI nº 0852738.
- 1.5. Nos termos da referida Portaria, a autorização para operar será outorgada mediante a verificação das condições abaixo explicitadas pela área técnica:

2. ASPECTOS JURÍDICOS

A regularidade jurídica da AERO AGRÍCOLA RIO VERDE LTDA., constituída sob 2.1. o CNPJ 37.395.761/0001-08, é atestada por meio de cópia dos Atos Constitutivos (p. 4, Formulário de Requerimento SEI nº 0851955) e pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ (p. 27 Formulário de Requerimento SEI nº 0851955).

3. **ASPECTOS OPERACIONAIS**

3.1. Os aspectos operacionais da solicitante foram aferidos pela Gerência de Operações da Aviação Geral da Superintendência de Padrões Operacionais (GOAG/SPO), por meio do Despacho GOAG SEI nº 0879767, e pelo despacho da Gerência Técnica do Registro Aeronáutico Brasileiro da Superintendência de Aeronavegabilidade SEI nº 0908568, que se manifestaram favoravelmente ao pleito da sociedade.

4. **ASPECTOS FISCAIS**

4.1. A regularidade fiscal da solicitante é demonstrada pelas certidões relacionadas no quadro abaixo, veja-se:

4.2. Informações Acerca da Regularidade Fiscal e Previdência da Solicitante

Documento	Situação	Validade	Doc/Fls.
Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Regular	20/12/2017	pg. 28 Doc. 0851955
Certidão de Regularidade do FGTS	Regular	05/09/2017	Doc. 0980900
Certidão Dívida Ativa – ANAC	Regular	-	Doc. 0929094

RAZÕES DO VOTO 5.

- 5.3. Como asseverado na fundamentação, restou consignado nos autos que a empresa demonstra estar em condições para renovação de autorização para explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, sob o ponto de vista jurídico, econômico e operacional.
- A GTOS, por meio do Parecer 433 (SEI)/2017/GTOS/GEAM/SAS nº 0929030 recomenda 5.4. a outorga da renovação da autorização para operar todos os serviços solicitados à sociedade AERO AGRÍCOLA RIO VERDE LTDA..
- Assim, considerando as informações da área técnica, com fulcro no inciso XIV do Art. 8º e 5.5. no inciso III do Art. 11, ambos da Lei n.º 11.182, de 27 de setembro de 2005, VOTO PELA APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO, POR 5 (CINCO) ANOS, para operar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola à sociedade AERO AGRÍCOLA RIO VERDE LTDA..
- Determino, ainda, que a SAS comunique a presente decisão às demais Superintendências 5.6. interessadas.

É como voto.

Brasília, 05 de setembro de 2016.

Diretor



Documento assinado eletronicamente por Juliano Alcântara Noman, Diretor, em 11/09/2017, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade, informando o código verificador 0980953 e o código CRC C112C7C9.

SEI nº 0980953